

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Cidadania como Nação: José Guilherme Merquior e a construção liberal-democrática no Pós-Ditadura (1985 - 1987)*

Citizenship as a Nation: José Guilherme Merquior and the liberal-democratic construction in the post-dictatorship (1985-1987)

João Victor Fidelis Belluzzo<sup>1</sup>

**Resumo:** Lembrada majoritariamente por seus fenômenos políticos e econômicos, a década de 1980 no Brasil é pouco abordada do ponto de vista de suas disputas intelectuais. Isto posto, o presente estudo objetiva uma análise acerca do processo de construção da *nação* nos escritos políticos do sociólogo José Guilherme Merquior entre os anos de 1985 e 1987. Para sua realização, adotou-se como referencial teórico o Contextualismo Linguístico, amparando-se nas teorias elaboradas por Quentin Skinner. Dentre as conclusões, sustentamos que a ideia de *nação* é redefinida para a vivência da cidadania, induzindo um processo de construção democrática que supere o paradigma autoritário e redimensione as políticas públicas para a questão social por meio da aplicação do Liberalismo Social.

**Palavras-chave:** José Guilherme Merquior; Nação; Liberalismo Social.

**Abstract:** Remembered mainly for its political and economic phenomena, the 1980s in Brazil is little addressed from the point of view of its intellectual debates. Thus, the following article aims an analysis about the process of nation building on the political articles of the sociologist José Guilherme Merquior between the years of 1985 and 1987. For that, the Linguistic Contextualism, supported by the theories elaborated by Quentin Skinner was adopted as theoretical reference. Among the conclusions, it's understood that the idea of *nation* is redefined for the living of citizenship, inducing a process of democratic construction that overcomes the authoritarian paradigm and resizes the policies to the social dimension through the adoption of social liberalism.

**Key-words:** José Guilherme Merquior, Nation, Social Liberalism



## Introdução

A década de 1980 é lembrada por grande parte da literatura a partir de suas reformulações políticas e econômicas. Enquanto a conjuntura internacional assistia a superação da ordem bipolar característica da Guerra Fria, o Brasil vivenciava o processo de distensão política e uma crescente hiperinflação, episódios atualmente consolidados na memória da chamada *década perdida*. Entretanto, as disputas entre as ideias são constantemente marginalizadas pela História Intelectual brasileira, bem como os seus atores, perdendo de vista os intensos debates acerca dos distintos projetos de Estado e nação que estavam em conflito naquele “canteiro de obras” do século XX..

Durante muito tempo dedicada ao estudo dos cânones da *intelligentsia* nacional, a história intelectual brasileira vem sofrendo reformulações, fazendo-se um campo fértil para a pesquisa de debates e personagens outrora marginalizados. Desde a sua institucionalização acadêmica na década de 50, o campo incorporou novas abordagens metodológicas e temáticas, sendo compreendido cada vez mais em seu sentido *lato*, isto é, como “o conjunto de ideologias de que nossa cultura política é composta” (LYNCH, 2016, p. 75).

75

Diante disso, surge a oportunidade de estudarmos novos personagens no debate intelectual brasileiro, como é o caso do diplomata José Guilherme Merquior (1941 - 1991). Considerado pelo filósofo Carlos Nelson Coutinho como “o mais importante pensador liberal do Brasil” (COUTINHO apud LEAL, 2019, p.16), Merquior foi um intelectual atuante em distintas áreas das Ciências Sociais - Sociologia, Filosofia, Crítica Literária e Relações Internacionais - bagagem que nos permite tratá-lo como um polímata. Rememorado sobretudo por ser o redator do discurso de posse de Fernando Collor, sua produção intelectual



tualno momento da redemocratização é pouco lembrada. Essa escassez leva a um esquecimento de uma pluralidade de linguagens políticas em disputa, considerando os inúmeros debates sobre as reformulações no Estado (*state-building*) e na nação (*nation building*) que surgiram após o fim da Ditadura Militar.

Desse modo, visando o preenchimento dessa lacuna, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: de que maneira a ideia de *nação* opera na obra de Merquior como indutor de um projeto político entre 1985 e 1987?

76 Marginalizado na história das ideias ao longo dos anos 90 e início dos 2000, Merquior se tornou objeto de estudos de maneira crescente a partir de 2010. Nesse período, surgiram importantes contribuições para o estudo de seu pensamento político, a exemplo do artigo de Guilherme Stolle Paixão e Casarões (2015), que nos auxilia na compreensão das intervenções do intelectual nos anos finais da década e suas relações com Fernando Collor. Destacam-se também os trabalhos de Kaio Felipe Santos (2018), abordando o liberalismo social no início dos anos 80; Fabiano Leal (2019), que divulgou fontes outrora marginalizadas; e Pierre Malbouisson (2022), realizador de uma história comparada que visou tratar o patrimonialismo nas obras de Merquior, Simon Schwartzman e Raymundo Faoro.

Para este estudo, optou-se por uma análise metodológica que nos permitisse compreender as ideias como um mecanismo de intervenção na realidade. Sobre isso, José Murilo de Carvalho (2000) observa que a história intelectual no Brasil restringia-se a estudar as ideias de maneira isolada ou como reflexo de um substrato socioeconômico. Como alternativa, nos amparamos no Contextualismo Linguístico, focando não apenas no contexto econômico e político, mas também no intelectual e



linguístico. Através de uma análise historicista, investigamos as linguagens políticas abordando-as como *atos de fala*, isto é, como categorias linguísticas dotadas de intencionalidade e expressas de modo a realizar determinada ação concreta e particular à seu contexto. Para isto, evitamos tratar os conceitos de maneira universal, buscando a intenção dos autores ao proferi-los, como Quentin Skinner (2001, p.103, tradução nossa) defende ao dizer que “não devemos pensar isoladamente acerca do significado das palavras. Ao invés disso, devemos focar em seus usos em jogos de linguagem específicos e dentro de formas particulares de vida”.

Destarte, sustentamos que a investigação do pensamento político e social de José Guilherme Merquior no início do processo de redemocratização traz notáveis contribuições para o pensamento político brasileiro. Além de ampliar o espaço ocupado pelo intelectual na história das ideias, retira o véu do esquecimento sobre diversas linguagens políticas antes marginalizadas pelos estudos dedicados à *década perdida*.

77

### **A entrada de Merquior no debate político brasileiro**

Nascido de uma família pertencente à alta classe média carioca, José Guilherme Merquior começou a ganhar relevância intelectual a partir da década de 1960. Naquele momento, recém formado em Direito e no Instituto Rio Branco, suas produções se voltavam ao campo da literatura e da crítica cultural. Com uma escrita marcada por uma notável erudição, publicou obras como *Poesia do Brasil* (1963), em conjunto com Manuel Bandeira, e *Razão do Poema* (1965).

No mesmo período, desenvolveu um perfil político direcionado aos autores de esquerda. Em 1969, por exemplo, publicou a obra *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, pioneira no estudo da Escola



de Frankfurt, unindo reflexões sobre Teoria Crítica e Psicanálise (CAMARGO, 2014). Ainda, tomando apreço teórico pelo filósofo búlgaro Gyorgy Lukács, traçou contatos que lhe renderam participação nos círculos intelectuais marxistas do Rio de Janeiro, tornando-se amigo de autores como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (BIANCHI, 2023)<sup>2</sup>.

78

Em consonância com a atividade de escrita e discussão filosófica, Merquior não deixou de atuar nos meios diplomáticos, o que contribuiu para a sua maturação ideológica<sup>3</sup>. Em 1975, viajou para Londres com o objetivo de atuar como conselheiro do então embaixador pelo Brasil, o economista Roberto Campos (1917 - 2001). Por influência deste, a escrita do intelectual se viu cada vez mais envolvida com discussões estritamente políticas. Através de Campos, traçou contatos com pensadores como Raymond Aron, Isaiah Berlin e Ernest Gellner, tendo este último lhe orientado em seu doutorado na London School of Economics. Ao longo desse período, o seu apreço pelo pensamento marxista e frankfurtiano foi substituído pelo estudo do liberalismo, como o próprio autor relatou ao afirmar que seu “(...) trajeto ideológico foi passivamente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarrentona de um liberal neo-iluminista” (MERQUIOR, 1990, p.1).

O retorno de Merquior ao Brasil se deu no início da década de 80. Em agosto de 1981, enquanto exercia o ofício diplomático em Mon-

---

2 No entanto, a atividade intelectual associada às esquerdas fez com que fosse investigado em um Inquérito Policial Militar (IPM) durante o governo de Castelo Branco (PEREIRA, 2001).

3 Desde 1963, Merquior passou por cargos em Paris, Bonn, Montevidéu, dentre outros lugares. Naquele momento, segundo Sonia Maria de Carvalho (2018), a opção em preferir uma carreira diplomática à acadêmica pode se justificar pela tradição de indivíduos provenientes das classes mais abastadas da sociedade possuírem uma longa carreira no exterior quando associados aos cargos do Ministério das Relações Exteriores. Dentre os grandes exemplos da época, encontravam-se Vinícius de Moraes, João Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto.



tevidéu, o intelectual recebeu o convite de integrar a equipe de conselheiros do então ministro da Casa Civil de João Figueiredo, Leitão de Abreu, com o objetivo de refinar os seus discursos.

No momento de sua chegada, o contexto político estava profundamente marcado tanto por temas associados às disputas da Guerra Fria, quanto pela dinâmica interna da Ditadura Militar, que se encaminhava para o seu fim. Desde 1974, o país vivenciava um processo de distensão política fundamentado no projeto *Geisel - Golbery* (CODATO, 2005)<sup>4</sup>. Já o contexto intelectual do país renascia em uma trajetória crescente. Como mostra Antonio Paim (2014), desde a década de 70, há um aumento da atividade editorial nacional, ocasionando a tradução de diversas obras até então desconhecidas no Brasil, possibilitando um maior vínculo dos autores com ideias que circulavam no exterior. No campo liberal, a abertura editorial levou a uma cisão entre liberais sociais, abertos à união entre o liberalismo econômico e a questão social, e os liberais conservadores, isto é, aqueles que mantinham o seu ceticismo perante a intervenção estatal na construção de um Estado de Bem Estar Social, temendo fortalecer uma estrutura patrimonialista. Dentro da literatura de esquerda, ganhou destaque os adeptos do *eurocomunismo*, vertente que defendia uma posição alternativa ao dogmatismo stalinista proveniente da III Internacional. Diante das novas ideias, diversos tópicos se tornaram objeto de debate, a exemplo dos autoritarismos da América Latina, da crise de legitimidade dos militares, bem como as relações entre o regime democrático e o sistema socialista (CHAUÍ, 2007).

Ainda, não se pode perder de vista os debates econômicos. A

---

4 Segundo Codato (2005), esse projeto, gestado por Golbery Couto e Silva, visava flexibilizar e institucionalizar o regime militar, o que incluía medidas como a volta do multipartidarismo, a suspensão gradual da censura e eleições estaduais diretas.



disputa por modelos capitalistas ou socialistas se mostrava evidente diante das dificuldades do cenário econômico externo, marcado pelo Segundo Choque do Petróleo (1979), pela crescente crise do Socialismo Real, bem como pelas dificuldades internas ao cenário brasileiro, caracterizado por uma crescente dívida externa, pela saturação do modelo desenvolvimentista, assim como por uma alta taxa inflacionária (HERMANN, 2005). Para o cientista político Brasília Sallum Júnior (2003), a crise do Estado colocou em xeque as relações do Brasil com a ordem capitalista mundial, superável apenas com o rearranjo das forças que sustentaram o crescimento econômico nas décadas anteriores aos anos 80.

80

Ao retornar para o Brasil, Merquior adentrou ao debate acerca do rearranjo das estruturas estatais. Por meio da publicação de artigos em periódicos como *Tempo Brasileiro*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, utilizou conceitos-chave adquiridos de Aron e Gellner, contribuindo para a proposta de projetos que visavam uma nova hegemonia política e intelectual em substituição ao Estado autocrático e desenvolvimentista do período militar.

Para Merquior, o debate político brasileiro era marcado pela difusão de uma imagem intrinsecamente pejorativa do Estado. Ele observava que tanto intelectuais liberais quanto socialistas recaíam em uma distorção conceitual, a qual denominou de *estadofobia*. Esta consistia na crítica ao aparato estatal de modo que a existência deste fosse a causa de uma exploração cuja solução consistia na dissolução - parcial ou total - de sua estrutura institucional (BELLUZZO, 2023). Tais críticas eram vistas pelo autor como resultado de influências *neoanarquistas* à esquerda, e provenientes de leituras feitas do economista austríaco Friedrich August von Hayek à direita (MERQUIOR, 2020).



Como alternativa, Merquior propôs um novo diagnóstico e uma nova corrente ideológica com a intenção de solucionar as problemáticas do Estado brasileiro sem recair em *estadofobias*: o Liberalismo Social. Para o autor, o erro dos intelectuais estava em condenar o Estado em si, e não as apropriações feitas de sua estrutura, que considerava como capturadas por um neopatrimonialismo<sup>5</sup>, como está em

Ao contrário do que pretende a vulgata neoliberal e comunitarista, o problema político brasileiro não é nenhuma hipertrofia do estado. É, isso sim, a persistência de formas patrimonialistas desse estado. O mal não é o estado em si, porém certas formas de apropriação do estado. Na perspectiva social liberal, o importante é seguir o sábio conselho de Norberto Bobbio e fazer com que o estado moderno não seja nem um simples guarda de trânsito, como querem os neoliberais, nem um general, como preferem os dirigistas à outrance. (MERQUIOR, 2020, p.113).

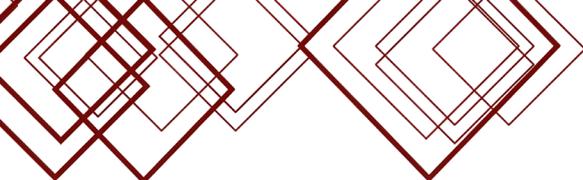
81

Como mencionado no trecho acima, o Liberalismo Social surgiu como possibilidade de superação da patologia *estadofóbica*. Pautada em intelectuais como Raymond Aron e Norberto Bobbio, a posição *merquiorana* pregava a implementação da *síntese democrático liberal*, isto é, um paradigma que unia direitos civis, políticos e sociais, contudo, sem perder de vista a importância da economia de mercado frente à saturação do desenvolvimentismo e do *antiliberalismo* de setores à esquerda<sup>6</sup>. Para

---

5 Segundo Pierre Malbouisson (2022), as críticas merquioranas à baixa dinamicidade da economia brasileira, bem como a denúncia ao fenômeno patrimonialista se assemelham aos diagnósticos traçados por Raymundo Faoro e Simon Schwartzmann, tendo este último influenciado diretamente a leitura histórica do autor a partir de sua obra.

6 No vocabulário *merquiorano*, o termo *liberismo* adquire um significado que remete à dimensão econômica do liberalismo, não consistindo, porém na totalidade deste. Apropriando-se da noção criada pelo italiano Benedetto Croce, Merquior designava os liberais conservadores de sua época como *neolibelistas*, por suas crenças que focalizavam demasiadamente a liberdade econômica em detrimento das demais. Da mesma forma, criticou setores da esquerda que rejeitavam por completo a dimensão



o cientista político Kaio Felipe Santos (2020), essa síntese pretendia substituir o *hedonismo utilitário* dos neoliberais por um liberalismo democrático capaz de responder aos desafios políticos e sociais das últimas décadas.

Destarte, os escritos produzidos por Merquior ao longo dos primeiros anos após o seu retorno ao Brasil se dedicaram à divulgação da alternativa social liberal em meio a disputas quanto ao processo de *state building*. Entretanto, a partir de 1985, na iminência do início da gestão de Tancredo Neves, a sua produção redimensionou o foco do Estado para a nação, dedicando-se ao processo de *nation building*. Diante desse cenário, cabe compreender como o autor associou a transição para a Nova República ao surgimento de uma nova nação, bem como adaptou a sua argumentação social liberal perante os desafios e necessidades desse novo fenômeno na história política brasileira.

82

### **Qual o Brasil de Tancredo?**

“Como imaginar o Brasil da Nova República?”. Assim Merquior iniciou as suas reflexões acerca do primeiro governo civil após o ciclo autoritário de 21 anos. Às vésperas do posse de Tancredo Neves, a *Folha de S. Paulo* redigiu o Folhetim Especial “O Brasil de Tancredo”, publicado no dia 10 de março de 1985. A partir de artigos escritos por renomados membros da intelectualidade brasileira, como Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Raymundo Faoro, o periódico realizou um debate a respeito das expectativas desses na iminência da posse do *peemedebista*. Contudo, antes de adentrarmos à análise do texto de Merquior, é necessário compreender como se deu a transição

---

*liberista* da sociedade moderna, isto é, a economia de mercado (BELLUZZO, 2023; SANTOS, 2015).



do governo de João Figueiredo ao de Tancredo, bem como as expectativas alimentadas pela sociedade, de modo a esclarecer as considerações e críticas realizadas pelo intelectual e os demais pensadores.

Desde 1984, a sociedade brasileira vivenciava um período de grande otimismo perante o seu futuro. Como afirmou Lavínia Barros de Castro (2005), o imaginário da população era alimentado pela ideia de que a substituição da autocracia pela democracia viria acompanhada da superação da inflação e por uma melhor distribuição de renda<sup>7</sup>. Assim, o caminho da abertura política se preparava para atingir um novo patamar: a escolha presidencial de 1985. Entretanto, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, responsável por instituir o voto direto para presidente, o processo eleitoral se estruturou de maneira indireta. Destarte, a indicação do primeiro presidente da Quarta República ficou a cargo do Colégio Eleitoral, levando setores populares e intelectuais a um sentimento de frustração.

83

Diante das opções disponíveis, houve uma disputa entre o projeto militar, encabeçado por Paulo Maluf (PDS), e o civil, liderado por Tancredo Neves (PMDB). Como descreveu Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), a partir do chamado Acordo de Minas, desenhou-se uma estratégia negociada entre o PMDB e a ala dissidente do PDS (denominada Frente Liberal), formalizando a Aliança Democrática. Consequentemente, a chapa composta por Tancredo e seu vice, José Sarney, saiu vitoriosa das eleições. Como reflexo do caráter conciliatório do político mineiro, o seu governo se organizou de maneira heterogênea, composto sobretudo por membros do PMDB e PFL. Ainda, contou

---

<sup>7</sup> Neste contexto, como afirmou Silva (2003), o processo de abertura já não seguia os caminhos planejados pelo projeto Geisel - Golbery. A crescente mobilização popular. Esse novo contexto permite a compreensão dos motivos da democracia ser um componente central nas expectativas da população, bem como dos intelectuais examinados a seguir.



com uma equipe econômica formada por economistas partidários de tradições de pensamento divergentes, a exemplo da ortodoxia de Francisco Dornelles, no Ministério da Fazenda, e da heterodoxia keynesiana de João Sayad, no Ministério do Planejamento (SKIDMORE, 1999).

No momento de publicação do Folhetim, cinco dias antes da data de posse do novo presidente, a sociedade civil não possuía conhecimento da fragilidade da saúde de Tancredo. Segundo Thomas Skidmore (1999), o político mineiro buscou ocultar a sua condição para que evitasse, em um possível afastamento, que o então presidente João Figueiredo se recusasse a passar a autoridade para Sarney, que havia rompido com o PDS para concorrer como oposição. Para o historiador, Tancredo “(...) estava determinado a não ceder até o dia 15 de março, quando assumiria o governo, o poder teria passado para a Aliança Democrática e a ‘Nova República’ teria nascido” (SKIDMORE, 1999, p. 497).

84

Com um texto dotado do sugestivo título *Nova República: o horizonte social-liberal*, Merquior se mostrou otimista quanto ao novo governo, e em como esse poderia abrir novas possibilidades para o desenvolvimento de uma sociedade moderna no Brasil. Para isso, contudo, a Nova República deveria enfrentar determinados desafios no âmbito político, associados ao modelo de Estado, bem como à conduta dos governantes e governados.

Em relação ao primeiro ponto, caberia a superação do modelo de Estado visto pelo intelectual como sendo “opressivo e omissivo” (MERQUIOR, 1985, p.79). Aparentemente contraditórios, a compatibilidade dos termos se resolvia a partir da imagem de um aparato opressivo que remetia a dois aspectos: ao excesso de intervenção governamental nos setores econômicos e pela baixa penetração das leis na esfera so-



cial. Por outro lado, era visto como omissivo quando se referia ao plano social, isto é, em relação às deficiências educacionais e de saúde. Portanto, como uma continuidade dos debates referentes à redefinição das funções do Estado, Merquior prosseguiu com a defesa de um modelo social-liberal, buscando compatibilizar uma economia de mercado com a intervenção estatal na aplicação dos direitos sociais.

As carências associadas aos governantes são menos trabalhadas no texto em questão. Para Merquior, havia a necessidade de se institucionalizar uma “ética de governar” (MERQUIOR, 1985, p.79), superando as “ideologias salvacionistas” (p.79), que, em sua percepção, distorciam a política brasileira. Apesar de escassas, percebemos que as considerações do autor respondiam diretamente a fenômenos vinculados ao período militar. Deve-se mencionar que, ao referir-se às ideologias salvacionistas, o autor criticava dois movimentos em específico. Por um lado, as guerrilhas messiânicas, e de outro, o “abastardamento do conceito de segurança nacional” (p.79). Tais críticas devem ser interpretadas na esteira de um processo de conflito entre movimentos alternativos de resistência e a institucionalização do aparato repressivo que se desenrolava desde os anos 60, a exemplo da reformulação da Lei de Segurança Nacional em setembro de 1969, impondo penas mais duras aos atos considerados subversivos pelo regime e fazendo dos militares protagonistas dos negócios do Estado, enquanto os civis se reduziram a meros coadjuvantes (FILHO, 2003; NAPOLITANO, 2014).

Já em relação às carências dos governados, o autor destacou a importância de se assegurar e fortalecer os valores democráticos na transição política. Para isso, enfatizou a noção de *liberdade* para sublinhar o vínculo inextricável entre liberdade política e civil<sup>8</sup>. Em um con-

<sup>8</sup> Na obra em questão, Merquior estabeleceu uma tipologia das diversas formas de



texto com muitos resquícios da autocracia militar, o intelectual afirmou que “sem autonomia, não há segurança” (MERQUIOR, 1985, p.79), isto é, os horizontes da Nova República não deveriam focalizar apenas os direitos civis, pois, sem os direitos políticos os primeiros seriam frágeis. Nesse sentido, o termo *autonomia* no vocabulário *merquiorano* deve ser compreendido como a capacidade de se escolher os governantes e possuir uma cidadania ativa.

86

A dominância da liberdade política sob a civil representa uma redefinição do uso do próprio conceito ao rejeitar uma acepção puramente *negativa*<sup>9</sup>. No momento de publicação do periódico, a visão da *liberdade* como ausência de coerção do Estado sobre o indivíduo ganhava força entre os autores neoconservadores e seus entusiastas nacionais, de modo a associar o intervencionismo característico do Estado desenvolvimentista à perda das liberdades individuais<sup>10</sup>. Segundo Milton Tosto (2005), em oposição a essa visão, Merquior buscou superar o economicismo e a ausência do componente democrático presentes no pensamento liberal brasileiro, quando afirma que o “(...) autoritarismo brasileiro de livre mercado é uma consequência da falta de compreensão da democracia pelo liberalismo” (TOSTO, 2005, p. 107, tradução

---

liberdade, sendo elas: liberdade-segurança, liberdade - expressão, liberdade política e liberdade de oportunidades.

9 Nas categorias do filósofo Isaiah Berlin, *liberdade negativa* remete à ausência da coerção estatal e social sobre o indivíduo. Por outro lado, *liberdade positiva* faz referência às dimensões participativas do cidadão, remetendo ao entendimento da liberdade proveniente do mundo grego (BELLUZZO, 2023).

10 Desde a década de 1960, em substituição ao caráter progressista do *Welfare State*, o mundo anglo-saxão vivenciou a ascensão do movimento neoconservador. Este era composto, dentre outros fatores, pela retomada de um pensamento econômico liberal crítico às políticas coletivistas, enxergadas como obstáculos à individualidade e à democracia. Esse pensamento foi impulsionado nos anos 80 a partir das eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. (NETO, 2010). Apesar de distinções, esse modelo econômico se tornou uma pauta de defesa de intelectuais liberais conservadores brasileiros, como Roberto Campos e José Osvaldo de Meira Penna.



nossa). Destarte, ao tratar a *liberdade* como um leque conceitual cujo uma de suas dimensões consiste na autonomia política dos cidadãos, Merquior abriu uma possibilidade de reinterpretar o liberalismo sob o ponto de vista social e político, deixando de se interessar unicamente com o tema da abertura econômica.

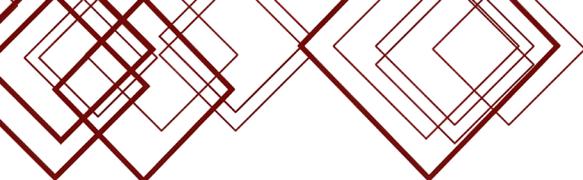
Partindo dessa redefinição conceitual, a liberdade política se associa à ideia de *nação*, ocupando uma posição central no processo de *nation building* pós-ditadura, conforme pensado por Merquior. Para isso, é preciso compreender que o autor, ao se debruçar sobre essa questão, trabalhou com o conceito de *nação* apropriando-se da terminologia da obra “Problemas Políticos Brasileiros” (1975), de Afonso Arinos<sup>11</sup>. A partir desta, o intelectual retomou a dicotomia Império/Nação para analisar a transição que o Brasil passava. Segundo Arinos, a noção de Império representava a ideia de que o país vivenciava processos políticos guiados por forças exógenas, e não por sua própria sociedade (LEAL, 2019). Aderindo à terminologia, Merquior defendeu que o Brasil se mostrava sob um domínio colonial por seu próprio povo - um Império interno - diante de grupos políticos que dominavam o país. Em contrapartida, rompendo com a tradicional acepção culturalista, a ideia de Nação referia-se a “dimensão participatória no Estado Nacional desenvolvido” (MERQUIOR, 2019, p. 111), ou seja, à cidadania da sociedade como um todo<sup>12</sup>.

87

---

11 O artigo publicado na Folha não foi a primeira vez em que Merquior se apropriou da terminologia de Arinos. No texto Sociedade Civil: mito e realidade, publicado originalmente no periódico O Estado de S. Paulo em 15 de agosto de 1982, e posteriormente compilada na obra O Argumento Liberal (1982), Merquior já chamava a atenção para a dimensão democrática da nação, ao dizer que “politicamente, nação é o estado cujos súditos são autênticos cidadãos, a república em que a soberania popular não é a letra morta, e sim algo amplamente ativado pela representação democrática” (MERQUIOR, 2019, p. 111).

12 Como o autor já havia discorrido na obra As ideias e as formas (1981), o uso que faz do termo *pertence* à tradição francesa, identificado com a “vontade política



Baseando-se na dicotomia entre o “Império” e a “Nação”, Merquior depositou na Nova República a tarefa de concretizar a transição de uma categoria a outra. Essa expectativa não deve ser vista apenas como uma construção filosófica do autor, mas como um *ato de fala* capaz de induzir mudanças na sociedade, então caracterizada por déficits sociais e democráticos, sendo necessário a superação desses para que o Brasil se livrasse das heranças do período militar. Neste ponto, compreende-se no pensamento *merquiorano* a existência de um vínculo entre a Nova República, a expansão da liberdade política e a construção de uma nova nação, ao dizer que

(...) o estabelecimento de um horizonte de pactos sociais responsáveis enraíza na prática o valor da liberdade política, o rendimento socializado das transações democráticas, que pressupõem a vida da cidadania e de suas emanações no plano da representação. A constituinte será, nesse ponto, um verdadeiro rito de passagem - uma solene iniciação à democracia como hábito social (MERQUIOR, 1985, p.79)

Portanto, ao redefinir as noções de *liberdade e nação*, o texto de Merquior atuou no contexto intelectual e linguístico da Nova República induzindo modificações que possibilitaram a defesa de uma concepção de país alternativa àquelas discutidas no momento. Assim, ao associar o processo de *nation building* à construção da cidadania, o intelectual legitimou a aplicação do Liberalismo Social como uma corrente ideológica capaz de superar os desafios da Nova República em oposição a outras vertentes liberais. No entanto, para compreender como o governo de Tancredo simbolizou a adequação social liberal para Merquior, é crucial compreender a natureza desta transição política, bem como

---

consciente de uma dada população” (MERQUIOR, 1981, p.279). Em contraposição, estaria a compreensão germânica do conceito, entendida a partir da junção de aspectos identitários, como a cultura e a língua.



os instrumentos que o intelectual considerava necessários para que o Império alcançasse a Nação.

### **Reformismo ou continuísmo - qual a natureza da redemocratização?**

As discussões acerca de uma abertura política gradual se faziam presentes desde meados da década de 70. Em um contexto marcado por processos de redemocratização em países como Portugal, Espanha e Grécia, a estrutura política brasileira começou a ser flexibilizada a partir de 1974 por meio do Governo Geisel. No início de 1985, o debate se intensificou devido aos discursos de Tancredo Neves que, em mais de uma ocasião, referenciou o modelo negociado de redemocratização vivenciado pela Espanha, a partir do Pacto de Moncloa, como uma inspiração para o Brasil. No mesmo contexto, como apontou Elizabeth Cancelli (2021), *think tanks* internacionais fortaleceram uma concepção de transição democrática que garantisse um processo de modernização em conjunto com incorporação de setores sociais na política e uma nova percepção da política externa dos Estados Unidos<sup>13</sup>. No entanto, em meio à propensão *lenta, gradual e segura* da abertura, intelectuais e políticos denunciaram o que entendiam ser um processo *continuista*, isto é, que mantivesse estruturas do período militar (NAPOLITANO, 2014; PAIM, 2014). Dessa forma, cabe observarmos como Merquior pensou

89

---

13 Os esforços positivos e normativos de cientistas sociais e policy makers em prol dos estudos da transição política podem ser encontrados nos trabalhos desenvolvidos pelo *Woodrow Wilson Center for Scholars*. Cancelli (2021) aponta como exemplo da atuação da instituição a publicação da coletânea *Prospects for Democracy; Transitions from a Authoritarian Rule*. A Proposal of The Wilson Center em 1986. Composta por artigos de pesquisadores como Kenneth Maxwell, Fernando Henrique Cardoso e Laurence Whitehead, a obra se concentra no papel dos atores políticos em adotar medidas “realistas” a fim de se estabelecer uma estabilidade política por meio da conciliação com setores da oposição moderada ao longo do processo de redemocratização.



a condução da abertura política e, conseqüentemente, os instrumentos necessários para se levar adiante o processo de *nation building* no Brasil.

90

Diante das expectativas do intelectual quanto ao caráter modernizante e social-liberal do governo de Tancredo, entrou em cena uma frequente expressão no vocabulário da redemocratização: os pactos sociais. Para o autor, a expressão designava um processo contínuo de acordos e reformas entre os diversos setores da sociedade de modo a construir um determinado projeto político (BELLUZZO, 2023). Assim, a Nova República deveria executar esse processo visando as escolhas políticas da sociedade brasileira (*choix de société*, na expressão utilizada pelo polímata), as quais identificava a partir de dois elementos: uma sociedade pluralista em conjunto com uma economia de mercado (MERQUIOR, 1985). Diante disso, interpretamos o pluralismo social como uma justificativa para uma transição democrática conciliatória e composta por um amplo processo reformista<sup>14</sup>. Para isso, o gradualismo se torna o meio necessário para que os pactos sociais sejam realizados progressivamente, caracterizando o dinâmico processo legislativo das democracias pluralistas modernas. Em conjunto, a ênfase na economia de mercado adquire um sentido associado à eficiência, reiterando o pensamento *merquiorano* como participante das correntes liberais críticas ao intervencionismo do Estado desenvolvimentista vigente desde 1930.

Ainda, a difusão das escolhas políticas apontadas pelo polímata caminhavam simultaneamente a um ideal de modernidade. Em

---

14 Consideramos a importância do pluralismo social como uma continuidade do pensamento político *merquiorano* desenvolvido no início da década de 80. Como expressa na obra *As Ideias e as Formas* (1981), a impossibilidade de eliminação dos conflitos sociais gerados pela sociedade industrial moderna levou o intelectual à defesa de um regime democrático que garanta a igualdade política e que seja amparado por uma estrutura institucional liberal, capaz de assegurar as *regras do jogo* que compatibilize o pluralismo social e as liberdades políticas (BELLUZZO, 2023; BIANCHI, 2023).



contraposição à modernização autoritáriada ditadura civil-militar, que priorizava um crescimento econômico alheio à participação política e melhoria material da população, o intelectual compreendia a Nova República como um período que propusesse “(...) conjugar o renascimento da política com uma inadiável prioridade ao social (...)” (MERQUIOR, 1985, p.79). Dessa forma, diante da aplicação do Liberalismo Social, a sociedade brasileira romperia com o paradigma conservador vigente no período anterior de sua história e seria inserida à modernidade. Segundo o intelectual:

Ou bem chegamos ao fim do século dando uma tradução prática à consciência de que um país em desenvolvimento é uma sociedade em integração – uma comunidade em que distâncias sociais do tipo absoluto tendem a ser cada vez menos legítimas e toleráveis – ou teríamos completado uma modernização capenga, desumana e, em boa parte, inepta; pois é pura e simples inércia o desperdício de talento potencial que até aqui nos permitimos, ao deixar sem proteínas e sem instrução o alentado número de desassistidos na nossa imensa população jovem. A moderna república liberal é a sociedade jovem do sucesso e do acesso. Temos alcançado níveis notáveis em matéria de sucesso; mas ainda precisamos realizar muito mais em matéria de acesso. (MERQUIOR, 1985, p. 79)

91

Para que esse caminho em direção à modernidade fosse trilhado, a figura de Tancredo era imprescindível. Em contraposição às perspectivas *estadoltras* autoritárias e às *estadofobias*, o político mineiro era visto por Merquior como alguém dotado de um responsável “senso histórico-filosófico do papel do Estado” (MERQUIOR, 1985, p.79), capaz de simbolizar o elemento da autoridade legítima na reconstrução democrática brasileira. Essa perspectiva se torna evidente quando o intelectual afirmou que “ a grande e sóbria esperança da Nova República é que com Tancredo, nosso príncipe civil, a nação interiorize de vez a vivência da democracia. Qualquer coisa a quem disso seria indigna do



Brasil moderno” (MERQUIOR, 1985, p.79). Assim, compreendemos que, por meio de reformas que implementassem pactos sociais responsáveis por instituir a cidadania, o processo de *nation building* seria continuado. Esse processo culminaria em sua concretização a partir da criação de uma nova Constituição, destinada a enraizar os valores da sociedade brasileira moderna e a superar a imagem autoritária da carta de 1967, substituindo seu caráter autocrático pelo liberal-democrático.

92

Entretanto, enquanto Merquior depositava suas esperanças na institucionalidade de Tancredo, outros intelectuais denunciavam o caráter conservador do político mineiro. Um dos casos mais notáveis consiste no filósofo José Arthur Giannotti (1930 - 2021). Em sua interpretação, o ímpeto pragmático e conciliador fez com que Tancredo e o PMDB perdessem suas identidades, aderindo a um conservadorismo político<sup>15</sup>. Como resultado dessa ausência identitária, a formação de uma equipe econômica sem uma linha coerente corria o risco de representar uma continuidade da “gangorra Delfim-Simonsen” (GIANNOTTI, 1985, p.78). Em vista disso, Giannotti defendia que não haveria espaço para a concretização de um pacto social sólido. Ainda, diferente de Merquior, que depositava na Constituinte a consolidação da *nation building*, Giannotti acreditava que o processo representava a oportunidade para um debate pela sociedade civil a fim de rejeitar o “consenso autoritário” (p.78) e da “política pela política” (p.78), ou seja, o caráter continuísta das alianças feitas por Tancredo.

Desse modo, em meio à debates que ora depositavam esperanças

---

15 A fraqueza e perda de identidade dos partidos políticos era um diagnóstico corrente na opinião pública de então. De acordo com Skidmore (1996), as agremiações políticas eram vistas como indisciplinadas e, por diversas vezes, capturadas por personalidades fortes. O então senador Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, se referiu ao PMDB em algumas ocasiões como um *partido - ônibus*, isto é, uma agremiação que abriga políticos de pensamentos distintos, com o único objetivo de atrair eleitores (CARDOSO, 1985)



no pragmatismo de Tancredo, ora criticavam o seu caráter conservador, Merquior se filiou ao primeiro grupo. Sustentamos que o esforço pela compatibilização da Nova República com o ideal social-liberal por parte do autor representou o desejo por um processo de ruptura com a autocracia, superando a sua modernização autoritária. No entanto, em oposição à correlação entre um reformismo gradual e o *continuismo* autoritário, sugerimos que a defesa do intelectual pelo gradualismo institucional deve ser compreendida não como um desejo por continuidades, mas como uma adequação ao pluralismo social característico das complexas sociedades modernas. Nesse sentido, concordamos com a afirmação do professor João Cezar de Castro Rocha, quando este descreveu o credo liberal de Merquior por meio da fórmula “democracia como valor universal; racionalismo como estrutura de pensamento; pluralismo como método intelectual; economia de mercado, porém com a presença do Estado como força de equilíbrio das desigualdades”(ROCHA apud ALMEIDA, 2015, p. 2015). Destarte, em Merquior, o reformismo liberal se torna o caminho possível para o fortalecimento do componente democrático e, conseqüentemente, para a transição do Império à Nação.

93

### **Era Sarney: as frustrações de uma nação em construção**

Em meio ao clima de otimismo e incertezas perante o início do governo de Tancredo Neves, a sociedade brasileira sofreu um novo golpe, impactando as suas esperanças para o futuro. No dia 14 de março de 1985, a menos de 24 horas para a posse do novo presidente, o político mineiro precisou ser internado para se submeter a uma cirurgia. Logo, quem deveria subir a rampa era o vice-presidente, José Sarney, encarregando-se de exercer um governo interino. Advindo dos setores



militares, Sarney possuía uma baixa popularidade entre diversos setores políticos e populares, o que alimentou a percepção de que a redemocratização não passaria de um *continuísmo* do período militar. Nesse sentido, é essencial compreender como José Guilherme Merquior buscou adaptar o seu processo de *nation building* às novas circunstâncias políticas da redemocratização brasileira.

94

De início, compreendemos o afastamento de Tancredo como um obstáculo ao processo de *nation building* como pensado por Merquior. No entanto, apesar das suas otimistas expectativas quanto ao governo do político mineiro estarem prejudicadas, a entrada de Sarney lhe possibilitou uma oportunidade de intervir de maneira mais direta na política brasileira. Segundo José Mario Pereira (2001, p.193), o “(...) desejo de interferir no debate social brasileiro levou Merquior a escrever, em diversas ocasiões, a políticos com quem tinha relações de amizade”. Na ocasião, o intelectual possuía certa proximidade com o então presidente interino, tendo em vista que ambos eram membros da Academia Brasileira de Letras. Isto posto, uma importante fonte que nos auxilia na compreensão das reações do intelectual diante do governo de Sarney consiste em uma carta enviada pelo polímata ao político no dia 15 de abril de 1985.

O objetivo da carta era auxiliar o colega da ABL no desenvolvimento de uma legitimidade política para que pudesse levar à frente o processo de construção democrática. Em oposição ao esperançoso artigo publicado no Folhetim no mês anterior, as palavras de Merquior representaram uma mudança de percepção em relação ao caráter conciliatório dogoverno, e em como este poderia ser interpretado pela população, como está em:

A meu ver, seu governo será um bombom: o recheio é caste-



lista (Sarney, Leônidas), mas o envelope de chocolate será a Aliança Democrática, com dominante PMDB. A alternativa: governar também com o PDS, me parece ir, se a dose for muito alta, contra a aspiração de mudança que anima o país, e, portanto, poderia impopularizar. O que, evidentemente, não proíbe o aproveitamento de um ou outro nome nacional do PDS. Se V. lá está, para que saíria? O único resultado prática de uma eventual preferência pelo PFL seria entregar o maior partido ao herói de Homero. (MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, p. 393)

Diante desse diagnóstico, percebe-se uma aproximação da compreensão *merquiorana* em relação às opiniões que associavam a composição do novo governo a um regime *continuista*. Com a intenção de sinalizar o oposto para a sociedade, Merquior empreendeu uma série de conselhos para que Sarney evitasse o desgaste de sua popularidade, dificultando a construção nacional e democrática da Quarta República. Dentre esses, como um meio de se distanciar do PDS, o estabelecimento de contatos com personalidades estratégicas do PMDB viria a ser de grande ajuda, como está em

95

Quando o que seria conveniente contê-lo, em sua condição de alternativa latente para seu poder presidencial, aliciando para tanto boa parte do PMDB. Como? Reforçando a ligação Sarney-Lyra. Fazendo talvez Fernando Henrique ministro (do Exterior? Da própria Casa Civil?) E, sobretudo, fazendo desde já certos gestos simpáticos à esquerda, embora - *ca va sans dire* - sem comprometer a linha moderada, social-liberal que presidiu o nascimento da nova repúbli-



ca. Uma “apertura a sinistra”, sem exagero.  
(MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, .393)

Em conjunto, outra estratégia sugerida pelo intelectual consistia no fortalecimento da popularidade de Sarney frente a setores da esquerda. Para isso, um dos meios considerados consistiu no reatamento da diplomacia brasileira com Cuba, com quem havia rompido as relações desde o governo Castello Branco (1964-1967). Para o intelectual, o momento de reaproximação era favorável pois, além dos ganhos econômicos advindos do comércio com o país caribenho, evitaria a imagem de que, no futuro, a aproximação brasileira se desse a reboque de uma reconciliação com os Estados Unidos (MERQUIOR apud PEREIRA, 1986).

96

Por fim, o combate à inflação em conjunto com o atendimento às demandas sociais era visto como um ponto chave para a sustentação do novo governo. Tendo em vista as diversas menções ao combate à inflação por Tancredo Neves, o prosseguimento de Sarney nesse objetivo sinalizaria que o seu governo estaria disposto a romper com as heranças econômicas do período militar. Visando tais objetivos, Merquior sugeriu como uma medida imediata: a aprovação do Programa de Emergência Contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano de Ação do Governo (COPAG) para amenizar problemas sociais e garantir uma maior igualdade econômica. No entanto, a execução do plano deveria vir acompanhada pelo cuidado de não disparar a inflação, vista pelo intelectual como “(...) o mais cruel dos impostos [pois] atinge principalmente a pequena classe média e as camadas populares” (MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, p.394).

Contudo, as circunstâncias não foram favoráveis para o sucesso



do plano, tampouco para o controle da inflação. Como apontou Skidmore (1988), diversos problemas orçamentários prejudicaram a aprovação de suas diretrizes, tendo poucos pontos sido postos em prática. Da mesma forma, as taxas inflacionárias se elevaram rapidamente. Como solução, em fevereiro de 1986, foi aprovada a primeira grande tentativa de conter a inflação: o Plano Cruzado. Constituído por medidas que incluíam um congelamento de preços, uma nova política salarial e uma reforma monetária, o plano obteve relativo sucesso inicial, entretanto, se mostrou um fracasso ao desencadear consequências negativas, como a escassez de produtos nos mercados, o surgimento de filas e o fenômeno do ágio (CASTRO, 2016).

No ano seguinte, o tema da construção da nação voltaria a ser desenvolvido nos textos *merquioranos*. Entretanto, antes restrita ao estabelecimento da cidadania, interpretamos que o autor começou a abordá-la a partir da análise da interação entre a sociedade e os acontecimentos públicos, fazendo disso um “termômetro” para se avaliar o grau de nacionalidade brasileira. Em entrevista concedida para a Folha de S. Paulo em 12 de dezembro de 1986, Merquior foi questionado sobre os resultados do Plano Cruzado. Apesar das consequências problemáticas do plano, ele via com bons olhos o que este representou para a “consciência nacional” do brasileiro. Em sua visão, ao consolidar o combate à inflação, o projeto possibilitou o desenvolvimento da educação econômica da sociedade, até então restrita aos especialistas e à alta classe média. Segundo o intelectual

97

O governo conseguiu, e não é pouco, o lançamento de um processo de educação econômica do povo brasileiro, que nos põe no nível de qualquer democracia industrial avançada, onde as questões econômico-financeiras de uma maneira geral dominam a pauta política. (MERQUIOR apud COSTA, 1986)



No entanto, apesar de manter uma certa esperança em relação ao governo Sarney, os meses seguintes representaram um desencanto por parte de Merquior quanto ao futuro do Brasil. Se a dimensão social era um elemento importante no processo de *nation building* aos moldes do Liberalismo Social, a piora na distribuição de renda levou o intelectual à escrita de artigos com teor mais crítico às dimensões política e intelectual brasileira.

98

Em 1987, no artigo *Brazil's New Republic: The Social Liberal Path*, o intelectual reiterou o reformismo social liberal na luta contra a pobreza no Brasil. Inspirando-se nos escritos de Hélio Jaguaribe, defendeu um plano de reformas abrangendo reforma agrária, seguro desemprego, política educacional e um sistema de controle de natalidade voluntário<sup>16</sup>. Este projeto visou responder às correntes tentativas de lidar com a pobreza, sintetizadas pelo intelectual a partir de diagnósticos *conservadores*, tratando a pobreza como um sintoma natural do crescimento econômico, e *revolucionários*, abordando-a como uma patologia endêmica ao capitalismo. Dessa maneira, a sua proposta estabelecia uma “*via média* entre o estatismo antiquado da esquerda e a estodofobia excessiva da nova direita” (MERQUIOR apud SANTOS, p.143). Traçando um paralelo entre os diagnósticos e a conjuntura partidária da época, podemos associar a visão conservadora ao PDS, que Merquior via como semelhante ao *thatcherismo* e às *reaganomics*. Em contraste, a segunda visão manifestava-se no radicalismo de caráter anticapitalista do PT e no socialismo moderado do PDT. (MERQUIOR, 1987). Em síntese, para Merquior,

(...) a Nova República não aceita a ideia conservadora de que as

---

16 Na defesa dessa proposta, Merquior se utilizou de sua leitura acerca da obra “Brasil, 2000: *para um novo pacto social*” (1986), escrita por Hélio Jaguaribe a pedido do governo Sarney.



melhorias sociais virão como um subproduto do crescimento econômico; mas também não compartilha da despreocupação dos teóricos radicais em sustentar o crescimento em nome de uma prematura e precária distribuição de renda (...) (MERQUIOR, 1987, p.272, tradução nossa).

O início da Era Sarney representou um processo de desencanto por parte de Merquior em relação à construção da nova nação brasileira. Embora o Plano Cruzado tenha promovido uma mentalidade anti-inflacionária, os primeiros anos da Nova República não conseguiram priorizar a dimensão social, dificultando a concretização de uma sociedade participativa e democrática. Sustentamos que Merquior, apesar de não se opor totalmente ao governo Sarney, desejava que este seguisse uma via reformista, mantendo a sua aliança com o PFL, e afastando-se de partidos que representassem projetos opostos ao *nation building* social liberal, como o PT e o PDT, à esquerda, e o PDS, à direita.

99

### **Considerações finais**

No decorrer deste estudo, observou-se que José Guilherme Merquior compreendeu o processo de redemocratização como um momento de construção de uma nova *nação*. Em relação a esta, o autor promoveu uma redefinição de seu significado, substituindo a sua tradicional acepção culturalista por outra, fundamentada em dimensões políticas e sociais. Sendo assim, o desenvolvimento da *nation building* pós-ditadura é visto pelo intelectual como um processo gradual de construção democrática, objetivando expandir a cidadania nas esferas participativas da sociedade civil, levando à superação do caráter autoritário da Ditadura Militar e, assim, realizando a transição do Império à Nação.



Como modelo ideológico a ser adotado pela transição para a Nova República, Merquior propôs o Liberalismo Social. Unindo Estado e mercado, a sua defesa se legitima a partir do vocabulário utilizado. Partindo do estudo dos conceitos presentes nas fontes analisadas, interpretou-se uma dependência entre as noções de *nação* e de *liberdade*, sendo esta compreendida de modo amplo ao incluir em seu conteúdo as ideias de cidadania e direitos sociais.

Desse modo, este estudo reitera que a argumentação *merquiorana* pode ser interpretada como uma tentativa de interferir no contexto linguístico do período. Conseqüentemente, a sua intervenção posiciona o autor no cenário de disputas ideológicas entre os distintos grupos que buscavam construir uma nova hegemonia intelectual no Brasil.

100

## Referências

- ALMEIDA, Marco Rodrigo. A Direita Diplomática. Folha de São Paulo, 23 de Agosto de 2015.
- BELLUZZO, João Victor Fidelis. A Opção Social-Liberal: os direitos sociais nos escritos de José Guilherme Merquior. Dissertação.. Franca, 2023.
- CAMARGO, Sílvia. Os primeiros anos da “Escola de Frankfurt” no Brasil. Lua Nova, São Paulo, p. 105-133, 2014.
- CANCELLI, Elizabeth. Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria. Revista de História, São Paulo, n. 180, p. 1–32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167231. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167231>.. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A ventura da mudança. Folhetim, p.5. 1985.



- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, pp. 123-152, 2000.
- CARVALHO, Sonia Maria de. Merquior – Um liberal nos bosques de Academus. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2018.
- CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: F. GIAMBIAGI, A. VILELA, L. B. CASTRO, & J. HERMANN, *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)* (pp. 97-131). Campus, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. O pensamento político e a redemocratização. *Lua Nova*, p.173-228, 2007. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, pp. 165-175, 2005.
- COSTA, Caio Túlio. Merquior, o anarquista cultural. Folhetim, 12 de Dezembro de 1986. ECHEVERRIA, Regina. Sarney: a biografia. Leya, 2011.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. Em J. FERREIRA (Org), *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República - vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016* (pp. 27-73). Civilização Brasileira, 2018.
- FILHO, Nilson Borges. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. Em J. FERREIRA (Org), *O Brasil Republicano: vol. 4: O Tempo da Ditadura* (pp. 13-42). Civilização Brasileira, 2003.
- GIANNOTTI, José Arthur. Política pela política. Folhetim, p.78. 1985.
- HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O IIPND e a Crise da Dívida Externa



(1974-1984). Em *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)*, 2005.

LEAL, Fabiano. *Vida das ideias: Estado, mercado e democracia no pensamento de José Guilherme Merquior* (dissertação), Universidade Salgado de Oliveira, 2019.

LYNCH, Christian. *Cartografia do Pensamento Político Brasileiro: conceito, história, abordagens*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p.75-119, 2016.

MALBOUISSON, Pierre Simões Paes. *Razão na Penumbra: Liberalismo no Pensamento Político Brasileiro* (dissertação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.

MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

102 \_\_\_\_\_ . *Brazil's New Republic: the Social-Liberal Path*. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 6, no. 2, 1987.

\_\_\_\_\_. *Crítica 1964-1989: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Argumento Liberal*. É Realizações, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Contexto, 2014.

NETO, Roberto Moll. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. Dissertação (265 p.). Departamento de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. LVM Editora, 2018.

PEREIRA, José Mário. *O Fenômeno Merquior*. In: A. d. SILVA, Itamaraty *Na Cultura Brasileira*. Editora Francisco Alves, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Metamorfoses do Estado brasileiro no*



final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, jun, 2003.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 - 1985. In: Jorge FERREIRA, & Luciana DELGADO, *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário* (pp. 361-414). Civilização Brasileira, 2019.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil. De Castelo A Tancredo. 1964-1985*. Paz e Terra, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visions on politics*. London: Cambridge University Press, 2001.
- TOSTO, Milton. *The Meaning of Liberalism in Brazil*. Lexington Books, 2005.